

ENTRE O QUE SE SABE E O QUE SE FAZ: COMO OS/AS DOCENTES TÊM SE POSICIONADO DIANTE DE PRÁTICAS EXCLUDENTES DE GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR?

Ana Cristina Batista de Souza Rosa¹

Daiane Lins da Silva Firino²

Maria Eulina Pessoa de Carvalho³

RESUMO

A formação continuada de docentes é um meio de levá-los/as a refletir sobre preconceitos, violências e práticas de exclusão baseadas em gênero, e a se posicionar crítica, pedagógica e politicamente contra tais práticas no contexto escolar. Visando contribuir para avaliar e visibilizar os impactos de uma experiência formativa na temática de gênero e as possibilidades de mudanças na prática docente, neste trabalho analisamos como os/as cursistas do Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola - GDE têm se posicionado no contexto escolar diante do desafio de desconstruir práticas excludentes de gênero. Para tanto, utilizamos a análise de conteúdo das falas de cursistas que participaram de fórum discussão da disciplina Gênero. Os resultados mostram a necessidade de reflexão por parte dos/das docentes para que se posicionem criticamente diante de práticas excludentes de gênero.

Palavras chave: Relações de gênero na escola. Práticas de exclusão. Formação docente continuada. GDE.

BETWEEN KNOWING AND DOING: HOW DO TEACHERS TAKE POSITION IN FRONT OF PRACTICES OF EXCLUSION BASED ON GENDER IN SCHOOLS?

ABSTRACT

Teacher continual education is a means of leading teachers to reflect about prejudice, violence and practices of exclusion based on gender, as well as to take a critical, pedagogical and political stance against such practices in schools. Aiming to contribute to evaluate and make visible the impacts of an experience of teacher continual education on gender, and the possibilities of change in teaching practices, in this paper we analyze how teachers – taking a specialization course named Gender and Diversity in School – have positioned themselves when facing the challenge of deconstructing gender exclusionary practices in schools. For this purpose, we use content analysis of teachers' speeches within a discussion forum during the module on Gender. Results show the need of reflection by teachers in order to position themselves critically in front of gender exclusionary practices.

Keywords: Gender relations in school. Practices of exclusion. Teacher continual education.

¹ Pedagoga. Mestranda em Educação - PPGE/UFPB. Tutora Virtual do Curso Gênero e Diversidade na Escola - NIPAM/UFPB. Psicopedagoga Institucional em escola estadual de João Pessoa-PB.

² Pedagoga. Mestranda em Educação - PPGE/UFPB. Professora e Orientadora escolar na Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB.

³ Pedagoga. Doutora em Educação. Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola - NIPAM/UFPB.

INTRODUÇÃO

A escola é um lugar de interações humanas e de aprendizagens. Sendo assim não é possível deixar de fora questões tão importantes como as relações entre meninos e meninas, jovens, homens e mulheres, pois onde o ser humano estiver, ele estará por inteiro. Quando vamos para a escola, levamos a educação que recebemos no seio de nossas famílias, nossas crenças e valores, nossas emoções e nela cruzamos nossas vivências e experiências com as de outras pessoas. A escola que deveria ser o lugar de aprender a conviver com essas diferentes formas de ser e estar no mundo continua a ser o local de produção de conflitos e exclusão social, dada a não aceitação do/a outro/a enquanto ser humano, sujeito de direitos tanto quanto eu mesmo/a. De que forma o currículo em ação tem contribuído para as desconstruções das desigualdades? Qual o posicionamento de um/uma docente diante de comportamentos homofóbicos entre os/as estudantes? Ou diante de situação de violência de gênero?

Todos/as queremos ser respeitados/as em nossa individualidade e a forma como o/a docente conduzirá determinado problema fará diferença na vida daqueles/as que estão envolvidos/as. Muitos/as docentes não sabem lidar com os conflitos em sala de aula e dessa forma perdem a “oportunidade de ensino e aprendizagem de condutas pró-sociais e valores morais” (ANDRADE, 2012, p.139). Ensinar e aprender a conviver com as diferenças é um desafio que a maioria das escolas ainda não alcançou. Carrara *et al* (2009, p.45) afirmam que a escola

... constrói a um só tempo os sujeitos (estudantes, professoras e professores, diretores, diretoras etc.) que a frequentam e é, ela própria, produzida por eles no que se refere ao conjunto de representações de gênero e étnico-raciais. Ela é, portanto, um espaço em que representações e significados acerca do masculino e do feminino, enquanto formas de classificação social, se constroem, se reproduzem, são aprendidas e ensinadas, ao mesmo tempo em que se legitimam, de diferentes maneiras, pelas construções de gênero e por aquelas que se referem, por exemplo, à orientação sexual, às questões geracionais e de classe social.

Ao mesmo tempo que a maior parte das famílias e escolas produzem e reproduzem as desigualdades nas relações de gênero, alguns grupos sociais afirmam que a escola não deve tratar de temas relacionados a gênero e sexualidade, por considerar um assunto particular que só pertence à família discutir. Mas e quando a família não aborda esse tema ou mesmo quando pede à escola para ajudá-la? Nesses casos, espera-se que a escola desenvolva práticas educativas que dialoguem constantemente com valores socioculturais advindos do contexto histórico e social em que está inserida (JOCA, 2009). Assim, ou a escola vai na contramão das práticas inclusivas, ou, quando procura desenvolver ações educativas nesse sentido, é criticada por não passar pelo crivo da aceitação social.

Diante de tantos desafios e por compreender que, enquanto docentes, podemos contribuir para a construção de relações de gênero menos desiguais, é que propomos neste texto identificar e analisar como os/as professores/as que fazem um curso de formação continuada focado nessa problemática têm se posicionado diante de práticas excludentes baseadas em assimetrias de gênero. Nossas inquietações são: Os/as docentes têm conseguido utilizar o conhecimento que adquiriram no curso nas suas práticas pedagógicas? Estão sendo feitas intervenções na escola? Com quem? De que forma? Que recursos estão sendo utilizados?

A pesquisa foi realizada por meio da coleta e análise das postagens das falas de 186 cursistas no fórum da sétima semana de atividades da disciplina Gênero do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, coordenado pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O estudo contribui para avaliar e visibilizar os impactos de uma experiência de formação de professores/as na temática de gênero e suas possibilidades de gerar mudanças na prática docente. Os resultados mostram que se faz necessário um posicionamento político por parte dos/das docentes para que eles/as se posicionem criticamente diante de práticas excludentes de gênero.

GÊNERO NA EDUCAÇÃO E NA POLÍTICA EDUCACIONAL

Nossa cultura é marcada por relações desiguais entre homens e mulheres, resultado de uma educação sexista. A história vem nos mostrando que de longa data homens e mulheres recebem educação e atribuições diferenciadas e que as mulheres, na maior parte do tempo, ocuparam funções/posições inferiores àquelas ocupadas pelos homens. De acordo com Ribeiro et al. (2010), apesar das diferenças de sexos existirem em todos os tipos de sociedades, as diferenças de gênero emergem das relações humanas, mediadas pela cultura, decorrentes de aprendizados diferentes para homens e mulheres. Essas diferenças que resultam em desigualdades, vêm ao longo da história instigando mulheres a lutarem pela igualdade de direitos.

As relações de gênero variam não só entre as diversas sociedades e tempos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos nela inseridos. Esses grupos podem ser étnicos, religiosos, raciais, de classe social. Segundo Colling (2004, p.29), “falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política”. Nesse mesmo entendimento, Louro (1997, p.22) declara que:

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (...), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação, (...) já que é no âmbito das relações sociais que se constrói o gênero.

O gênero não é determinado pelas diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas se refere aos papéis sociais e identidades dos diferentes sujeitos. Por meio de construções sociais, ou seja, da educação familiar e escolar, delimitam-se os espaços e determinam-se os comportamentos de homens e mulheres com base nas suas diferenças biológicas: homem sexo forte versus mulher sexo frágil. De acordo com Carvalho (2000, p.16):

As relações de gênero se baseiam em representações sociais e culturais, ou seja, nas ideias sobre o que deve ser – como deve se comportar, pensar, sentir – um homem ou uma mulher. Assim, as ideias sobre a masculinidade e a feminilidade tendem a criar estereótipos que ditam como todos os homens e mulheres devem ser.

Ao nascer, a criança vai encontrar um mundo rosa ou azul, cheio de regras a serem seguidas e, caso queira transgredir, provavelmente será repreendida e orientada a assumir as atribuições de seu gênero, baseadas no sexo biológico. Le Breton (2007, p.54) afirma que:

Em nossas sociedades, o menino recebe uma educação com relação à dor ligada à imagem de virilidade, de força do caráter. (...) O mais depressa possível, ele deve assimilar as qualidades que imaginamos serem as do homem; ao contrário, toleramos facilmente, e até mesmo encorajamos, as manifestações de sensibilidade da menina (...).

Os resultados desse processo educacional são: a submissão feminina, a violência de gênero e contra a mulher (física, simbólica ou psicológica), a exploração da força de trabalho feminina, o preconceito e a discriminação contra pessoas que não se enquadram nos padrões socialmente estabelecidos para cada sexo.

Ao chegar na escola, encontramos a continuidade do processo educacional iniciado em muitos lares sobre as relações entre meninos e meninas. Segundo Louro (1997, p.64), “currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores”.

No cotidiano escolar é comum identificarmos práticas excludentes, caracterizadas por preconceitos e discriminações veladas, nas brincadeiras que ridicularizam meninos e meninas que apresentam comportamentos que fogem dos padrões de gênero ditos normais. Outras práticas comuns nas escolas são: a separação dos/as discentes na sala de aula e nas práticas desportivas pelo sexo e as diferentes expectativas em relação às atitudes e desempenho escolar de meninos e meninas em determinadas áreas de conhecimento. Nas atividades de recreação, quem domina os espaços para correr e jogar ainda são os meninos e tudo funciona como que na “ordem natural das coisas” (BOURDIEU, 2007, p.17). Essas práticas, caracterizadas pela violência de gênero, acabam por reproduzir outras violências, pois como afirmam Ribeiro et al. (2010), boa parte da violência que ocorre no espaço escolar pode ser atribuída às representações culturais de gênero, sexualidade e cor da pele.

Ao se depararem com um menino, menina ou jovens que fogem ao padrão de gênero instituído para seu sexo, muitos/as docentes por falta de conhecimento reproduzem preconceito e discriminação, tentando por vezes mudar a subjetividade desses/as estudantes, permitindo que os/as demais discentes adotem também uma postura excludente que reforça a desigualdade nas relações de gênero, orientação sexual, raça e etnia, religiosidade. Ferem, dessa forma, os direitos de cada um/uma. Se os/as próprios/as docentes não sabem conviver de forma inclusiva com as diferenças, como os/as discentes aprenderão?

Desde 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais abrem espaço para a problematização das relações de gênero no contexto escolar, por meio do Tema Transversal Orientação Sexual, onde se afirma que: “o trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação” (BRASIL, 1998, p.322). Apesar da iniciativa do governo em propor a inclusão do tema no currículo formal há mais de uma década, ainda é incipiente um currículo em ação (SACRISTÁN, 1998) que efetivamente contribua para a equidade de gênero.

No último ano, presenciamos o debate político acerca do Plano Nacional da Educação (PNE) que, ao ser aprovado através da Lei Nº 13.005, de 24 de junho de 2014, excluiu a temática de gênero de seu texto (BRASIL, 2014) por ser considerada pelos parlamentares

fundamentalistas, dentre outras alegações, um tema que ameaça a educação, a identidade de meninos e meninas e o modelo tradicional de família. Semelhantemente, esse tema vem sendo excluído dos planos estaduais e municipais da maioria dos estados e municípios brasileiros. Essas ações se contrapõem à proposta conjunta da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC), responsável pela articulação com os sistemas de ensino para a implementação de políticas educacionais, dentre outras, nas áreas de educação em direitos humanos e da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), através do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM), que trata a educação como um dos eixos fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária entre mulheres e homens (BRASIL, 2013, p.22). Esses órgãos vêm propondo em suas ações a formação de educadores/as na temática de gênero nas escolas e universidades.

Dessa forma, com o objetivo de formar e capacitar professores/as para trabalhar com temas relacionados à diversidade, raça e etnia, gênero, orientação sexual e sexualidade, o MEC vem oferecendo cursos de formação continuada para professores/as da rede pública de ensino, com o fim de capacitá-lo/as a promover e valorizar as diferenças nos espaços educacionais. Uma das principais ações foi a implantação do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), que se iniciou a partir de um projeto piloto criado em 2005 e desenvolvido em 2006, pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ), em parceria com o MEC, a SPM, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o British Council.

O GDE vem sendo oferecido na modalidade de Educação à Distância (EaD) em diversos estados do Brasil através das universidades federais. Pesquisas sobre a formação de docentes através do GDE em alguns estados brasileiros revelam que o curso contribui para a promoção de reflexões que auxiliam na compreensão das questões de gênero, sexualidade, orientação sexual e raça/etnia na escola (SILVA, 2013; KALSING, 2013; MAFALDO, LOPES e BARBOSA, 2010). Sobre o GDE em Santa Catarina, Graupe e Grossi (2014) destacaram que o curso foi importante para a sensibilização dos/as docentes para o tema. Para as autoras “o curso GDE contribui na promoção de uma série de medidas visando ao enfrentamento, por meio da educação, de todas as formas de discriminação e à constituição de uma cultura dos direitos humanos” (p.115). No entanto, elas concluem que o conhecimento teórico-metodológico não é suficiente para que estes temas sejam implantados nas escolas, sendo necessário, além disso, vontade política individual e coletiva da gestão e dos/das docentes.

O posicionamento político por parte daqueles/as que estudam gênero funciona como mola propulsora na busca de mudanças nas relações entre homens e mulheres por meio de práticas pedagógicas que problematizem e desconstruam as desigualdades existentes. De acordo com Carvalho (2013, p.31):

A formação docente e as práticas pedagógicas sensíveis à problemática de gênero atentam para a construção e desconstrução de representações (significados e valores denominados masculinos ou femininos) e sujeitos/identidade de gênero (como ser menino ou menina, homem ou mulher) em diferentes contextos educativos.

No contexto de formação, gênero deixa de ser compreendido como algo natural atribuído ao sexo e passa a ser utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, questionando os papéis e lugares sociais destinados às mulheres e aos homens. Partindo do pressuposto de que esses/as professores/as tiveram a oportunidade de estudar o tema, o que contribui para a construção de um olhar crítico diante de determinadas situações que ocorrem

diariamente no ambiente escolar, buscamos identificar nas suas práticas pedagógicas ações de resistência e desconstrução em contextos e situações excludentes, haja vista estarmos inseridos/as em uma sociedade em que as relações de gênero são de desigualdade e de dominação masculina (BOURDIEU, 2007), baseadas na heteronormatividade, que estigmatiza pessoas que não se encaixam nesse padrão.

BUSCANDO OS DADOS

Num dos fóruns da disciplina Gênero do curso de especialização GDE da UFPB, foi solicitado aos/as cursistas relatarem como eles/as têm se posicionado diante de práticas excludentes de gênero, isto é, práticas que excluem meninos ou meninas com base em atribuições de gênero, ou que rejeitam atividades, objetos lugares gendrados por serem considerados inadequados ao sexo do/a estudante. Era a penúltima semana da disciplina, quando os/as cursistas já haviam estudado teoricamente sobre gênero: conceitos, relações de gênero na sociedade, na escola, o feminismo, movimento LGBT, questões relacionadas ao aborto e à violência contra a mulher.

Como o fórum aconteceu no período carnavalesco, a professora contextualizou a atividade, problematizando como as letras de músicas dessa época festiva são reprodutoras de preconceitos e estereótipos e lançou a seguinte pergunta: *E você, como tem se posicionado em relação às reproduções de “modelos” e práticas de gênero excludentes no contexto escolar?* O objetivo era que os/as cursistas fossem capazes de escolher um tema do currículo escolar no qual identificassem práticas de exclusão e apresentassem suas reflexões, apontando alternativas que contribuíssem para a promoção da equidade de gênero no contexto escolar.

A partir das respostas dos/as cursistas buscamos identificar: Quais são as suas práticas, como se posicionam, em que contextos, que recursos utilizam, se há insegurança para falar do tema ou demonstram propriedade. Participaram da atividade 186 cursistas, sendo 148 mulheres e 38 homens, de um total de 226 cursistas regulares. Após a leitura das postagens dos/as cursistas, buscamos visualizar o que foi mais frequente nas suas publicações em relação à pergunta do fórum e elegemos as seguintes categorias, conforme a Tabela 1:

TABELA 1

Posicionamentos dos/as docentes diante de práticas de gênero excludentes no contexto escolar

Categorias	Mulheres	Homens	Total
1. Diz se posicionar contra práticas de exclusão mas não especifica como.	12	4	16
2. Destaca e problematiza a importância da escola trabalhar o tema mas não se posiciona de forma individual.	27	7	34
3. Busca conscientizar pelo diálogo/conversa com educadores e educandos continuamente.	18	3	21
4. Busca conscientizar pelo diálogo/conversa sempre que se depara com uma situação de prática excludente	25	5	30
5. Busca conscientizar por meio de atividades práticas com os/as discentes: brincadeiras, oficinas, debates, rodas de conversa, textos didáticos, dentre outros recursos pedagógicos	17	3	20
6. Propõe a discussão sobre o tema e a inserção no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola ou elaboração de projetos pedagógicos	12	4	16

Fonte: das autoras, 2015.

Para analisar as falas dos/as cursistas, utilizamos a análise de conteúdo que é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada (BAUER, 2013). Ainda de acordo com Caregnato e Mutti (2006) a análise de conteúdo busca compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto.

Buscamos identificar nas falas dos/as cursistas seus posicionamentos diante de práticas de gênero excludentes, a fim de compreendermos o que esses/essas professores/as entendem como posturas que vão de encontro às atitudes de exclusão na escola. As falas não correspondem ao número de participantes, pois houve cursistas que falaram mais de uma vez, pois a atividade solicitava que eles/as respondessem e interagissem com as falas dos/as colegas, permitindo que em outros momentos os/as participantes acrescentassem mais informações sobre seu cotidiano escolar. Sendo assim, algumas falas continham mais de uma das categorias elegidas para análise. Foram 191 falas femininas e 49 falas masculinas, totalizando 240.

Durante as leituras percebemos que 46 cursistas, sendo 36 mulheres e 10 homens, em suas respostas, não estabeleceram relação entre o conhecimento teórico e sua prática pedagógica, não conseguindo alcançar o objetivo da atividade. Houve também um grande número de cursistas, 21 mulheres e 8 homens, cujas respostas fugiram completamente da pergunta do fórum. Sendo assim, a tabela 1 apresenta o quantitativo de respostas dos/as cursistas cujos conteúdos procuraram atender à pergunta que foi elaborada. Com o objetivo de resguardar a identidade dos/as participantes, utilizamos um código alfanumérico composto por uma consoante, três algarismos e mais uma consoante, sendo essa última referente ao sexo feminino (F) ou masculino (M).

ENTRE O QUE SABE E O QUE SE FAZ

Na primeira categoria, 16 cursistas, sendo 12 mulheres e 4 homens, afirmaram se posicionar contra práticas de gênero excludentes na escola, porém não especificaram ou descreveram em que situações ou de que forma acontece esse posicionamento, deixando as falas vagas, de forma que não há como analisar as contribuições desses/as cursistas na construção de práticas de gênero inclusivas.

Na segunda categoria estão os/as cursistas que destacam e problematizam a importância da escola trabalhar a temática de gênero, mas não se incluíram nesse coletivo. Um número expressivo de cursistas, 27 mulheres e 7 homens, deslocaram o sentido da resposta do campo individual para o coletivo, atribuindo à escola a responsabilidade pelas mudanças visando a desconstrução de preconceitos e discriminação, por meio da implementação de práticas inclusivas. Destacamos abaixo duas falas, a primeira de uma cursista e a segunda de um cursista:

Para existir a equiparação entre os gêneros, primeiramente diante do exposto, é a escola falar sobre o assunto com os alunos com palestras, oficinas, discussão do tema, apontando algumas estratégias de combater a esses excludentes dos gêneros na comunidade escolar. (P059F)

(...) a escola precisa romper com todo esse padrão de normalidade e, sim, discutir e refletir dentro de sua prática pedagógica, de seus conteúdos, de

seu discurso e de sua organização, formas de conhecer e valorizar de fato toda pluralidade existente em nosso território, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (P011M)

Apontar a escola como a responsável pela desconstrução de práticas de gênero excludentes parece ser uma forma de se eximir de responsabilidade individual. Se a escola promover tais práticas, haverá a possibilidade de participação dessas pessoas, mas ela, a escola, na pessoa dos/as gestores/as, supervisores/as, coordenadores/as ou outros/as docentes, tem que dar o pontapé inicial. Percebe-se nas falas desses cursistas que eles/as têm conhecimento sobre como se dão os processos de exclusão no contexto escolar. Aparentemente, eles/elas assumiram um posicionamento crítico diante de práticas de gênero excludentes no contexto escolar, mas não a ponto de se disporem pessoalmente a desenvolver ações que vão de encontro a essas práticas.

Na terceira categoria estão 21 cursistas que se posicionam contra práticas excludentes de gênero no contexto escolar através do diálogo e/ou conversa com educadores/as e educandos/as de forma contínua. Entre esses/as docentes, 5 mulheres e 2 de homens disseram que buscavam conscientizar seus/suas colegas de trabalho (professores/as) através de diálogos permanentes, enquanto que 13 mulheres e 1 homem realizam os mesmos procedimentos com os/as discentes.

Sempre converso com as crianças como forma de reflexão sobre a aceitação de nosso/nossa colega, mostrando o respeito, uma boa convivência. (...). Trabalhar incansavelmente a questão de gênero nas escolas é preciso, pois assim todos compreenderão a importância do respeitar o outro. A questão de gênero não pode se tornar uma pauta de momento e sim uma questão rotineira, no cotidiano do ambiente escolar. (P021F)

(...) tento sempre dialogar com profissionais da educação e conscientizá-los sobre a importância dos estudos feministas e a necessidade de estarem atentos a suas práticas e ensinamentos. Apresento-lhes o Curso Gênero e Diversidade na Escola, indico referências e tiro algumas dúvidas respaldando-me nas leituras realizadas até agora e nas pesquisas sobre gênero que já concluí. (P118F)

Na quarta categoria estão 30 cursistas, sendo 25 mulheres e 5 homens, que também fazem uso desse mesmo recurso, mas somente quando se deparam com uma situação de prática de gênero excludente.

Na escola que trabalho já estavam até separados os brinquedos por gênero e quando meninas pegavam os brinquedos dos meninos eram logo chamadas a atenção e vice e versa. E ao iniciar o curso de especialização me abriu os olhos para este problema e fiquei ainda mais incomodada quando percebia a aflição de uma aluna que gosta de jogar futebol e os meninos não deixavam. Então, um certo dia resolvi propor uma atividade diferente em que todos iam jogar futebol até eu e os/as outros/as professores/as. Concluímos o quanto é importante mostrarmos aos alunos/as que estamos

preocupados com eles/as e queremos acabar com este preconceito presente em nosso dia a dia. (P055F)

(...) esta semana quando entrei em uma sala de aula os meninos estavam em uma folia zombando de uma menina, perguntei o que era e eles não falaram, então perguntei se a menina estava paquerando. Foi quando um gritou no fundo da sala: Ela tá paquerando uma menina. Imediatamente falei: E qual é o problema? A sala ficou em silêncio, em seguida falei: gente se ela gosta de menina, isso não vai mudar em nada a pessoa que ela é, temos que respeitar e valorizar nossos amigos, pois somos todos iguais mas com vontades e desejos particulares. Cabe a cada um de nós respeitar o próximo. (P112M)

Esses/as cursistas demonstram estar cientes de seu papel enquanto agentes de transformação. Eles/as foram sensibilizados e buscam sensibilizar outras pessoas, de forma contínua ou pontual, para que deixem de reproduzir atitudes excludentes na escola. Suas ações, apesar de serem tímidas, pois utilizam somente o diálogo como forma de intervenção diante de práticas excludentes de gênero, podem ser compreendidas como uma tentativa para a abertura de espaço para inserir um tema que ainda é desconhecido ou ignorado por outros/as profissionais de educação que veem e compreendem as relações sociais entre homens e mulheres como algo natural, conforme afirma Bourdieu (2007, p.17):

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

O desafio é ampliar esse diálogo de forma que ele venha fazer com que outros profissionais repensem suas práticas atuais e desenvolvam práticas diárias que rompam com o que está gendrado, abrindo espaços para novas relações entre crianças, jovens, homens e mulheres. Um posicionamento crítico diante das práticas excludentes de gênero, tanto na escola como em outras instituições sociais, exige dos sujeitos desprendimento, novas aprendizagens e releitura de mundo, ou seja, mudanças de valores, concepções e autorregulação, o que pode gerar muitos conflitos pessoais e interpessoais. Contudo, é necessário desconstruir a cultura machista na qual estamos inseridos e buscar a construção de uma cultura que respeite os direitos humanos. Para isso, Candau *et al* (2003, p.36) afirmam que:

... desenvolver uma cultura permeada pelos Direitos Humanos pressupõe uma formação que vai além da sensibilização e da informação. Exige o desenvolvimento de processos formativos que permitam mudanças de mentalidades, valores, comportamentos e atitudes dos diferentes sujeitos que deles participam.

Não basta só o conhecimento teórico, é preciso colocar em prática o que se aprendeu. Mas isso só é possível quando nos permitimos mudar, ou seja, ressignificar nossos conceitos, nossas aprendizagens de gênero.

Na quinta categoria foram encontradas essas mudanças. Entretanto, apenas 20 cursistas, sendo 17 mulheres e 3 homens, disseram desenvolver atividades práticas com os/as discentes. Esses/as docentes descreveram intervenções por meio de brincadeiras, atividades em sala de aula que envolviam a análise de letras de músicas, imagens, notícias e vídeo; rodas de conversas, diálogos, debates; oficinas, palestras, minicursos; e encenação de peças teatrais para debater sobre questões de gênero e combater a homofobia. Também apontaram a discussão sobre os estereótipos presentes nos livros didáticos e o autopolicimento para não utilizarem linguagem sexista, seja oral ou escrita, estando dessa forma atentos às comunicações produzidas na escola, a exemplo de convites para reuniões, cartazes e anúncios afixados nos murais. Duas falas de cursistas apontaram o desenvolvimento de projetos didáticos, um sobre gênero e diversidade e outro sobre o uso de linguagem não sexista na escola. Também houve uma fala que ressaltou o trabalho sobre uso de banheiros da escola sem distinção entre banheiro feminino e masculino.

As/os cursistas dessa categoria que trabalham na educação infantil, descreveram práticas que contribuem para a equidade de gênero como o acesso das crianças aos diversos brinquedos (sem separar e classificar como brinquedo de menino ou de menina), às cores de roupas e outros objetos (como lápis de pintar para todos/as sem distinção); e os cuidados com a decoração do ambiente escolar para não reforçar estereótipos. Seguem as falas que ilustram as situações descritas:

Após as reflexões venho, em diversos momentos e situações vividas, buscando contribuir em práticas mais igualitárias na hora das atividades, por exemplo, estimulando igualmente a aprendizagem e o diálogo entre meninos e meninas, na hora do brincar sem impor direcionamentos de brinquedos ou brincadeiras quanto ao sexo. Deixo a escolha livre e não digo que tal objeto é de menina ou de menino. Nas decorações e ornamentações da sala de aula tenho o cuidado para não reforçar estereótipos de gênero com cores, imagens e objetos. (P124F)

Busco (...) introduzir nos conteúdos escolares trabalho com recortes de revistas, jornais, vídeos, filmes, debates, rodas de diálogos. Procuo não fazer diferença entre os meninos e as meninas. Uma das coisas que não pode ficar sem dar ênfase é o respeito à diversidade, a igualdade de gênero, a desmistificação de estereótipos e paradigmas. (P101F)

Sair da passividade e levar os diferentes sujeitos a modificarem sua forma de pensar, agir, seus valores, comportamentos e atitudes caracteriza o posicionamento desses/as docentes que assumiram a postura de educadores enquanto agentes sociais e políticos, desenvolvendo uma pedagogia do empoderamento que, de forma crítica, produz transformações pessoais e sociais (SACAVINO *apud* CANDAU *et al*, 2013, p.38). Carvalho afirma que a educação, os processos escolares e as ações docentes influenciam a equidade ou iniquidade de gênero e, inversamente, que o gênero impacta as experiências e os resultados educacionais (CARVALHO, 2013, p. 31). Dessa forma, as práticas desses/as cursistas contribuem para a construção da equidade de gênero.

Na sexta categoria, 16 cursistas, 12 mulheres e 4 homens, disseram ter proposto a discussão sobre a temática de gênero e sua inserção no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola ou quando da elaboração de projetos pedagógicos.

Enquanto supervisora tive oportunidade de alertar "meus" professores acerca das desigualdades de gênero nas salas de aula, inclusive inserindo a temática na pauta dos planejamentos quinzenais. (P022F)

Sempre... a cada ano sugiro à coordenação pedagógica e a diretores e diretoras que façamos projetos pedagógicos sobre a temática de relações de gênero que, diga-se de passagem, sempre tem sido esquecida e quando entregue em papel sempre fica arquivado (risos). (P127M)

Confesso que não têm sido fáceis as tentativas, têm sido bem solitárias. Mas, em conversa com professores e até mesmo a gestora da escola, sugeri colocar o tema em pauta nas discussões a respeito do nosso PPP e também em nossos planejamentos semanais. (P137F)

Esses/as cursistas a partir de seus conhecimentos, buscam introduzir a temática de gênero na escola de forma que alcance também o coletivo, mas como se percebe nas falas de P127M e P137F tem sido difícil convencer a gestão da importância desse tema para a escola. Essa fala foi recorrente nas colocações de outros/as cursistas que nesse mesmo fórum relataram a dificuldade de incluir a discussão sobre gênero em atividades como o planejamento e no próprio PPP da escola, que é o documento oficial elaborado para orientar as ações pedagógicas. Essa situação se agrava mais ainda pelo fato do tema não estar incluso no Plano Nacional de Educação, como apontamos anteriormente. Porém Carvalho (2013) ressalta que não é possível transformar a desigualdade e construir a equidade de gênero sem um esforço educacional. No caso de P022F, ela conseguiu inserir a temática de gênero nos planejamentos por estar em uma situação que lhe possibilitou fazer isso, ou seja, como supervisora. Talvez ela não tivesse conseguido realizar a inserção desse tema, caso não estivesse em uma posição de autoridade em relação aos/as docentes.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscamos identificar como os/as cursistas do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola estão se posicionando diante de práticas excludentes quanto ao gênero no contexto escolar. A partir da análise dos dados constatamos que o número de participantes que vêm apresentando mudanças na sua prática pedagógica é pequeno quando comparado ao número de cursistas que estão participando da formação, ou mesmo em relação aos/as cursistas que participaram do fórum.

O diálogo foi apontado como sendo o principal recurso, utilizado por 51 docentes, como posicionamento diante de práticas excludentes de gênero, ocorrendo de forma contínua ou pontual, ora com professores/as, ora com os/as discentes.

Apenas 20 cursistas descreveram práticas de desconstrução da desigualdade de gênero com atividades mais dinâmicas e com maior possibilidade de aprendizagem por parte dos/as discentes, através de atividades pedagógicas diversas, elaboração de projetos didáticos, tentativas de inclusão da temática no PPP da escola, e autorreflexão e policiamento em

relação à linguagem sexista, oral e escrita. Apesar de ser um avanço, ainda é o início do desafio que estes/as professores/as precisam enfrentar na desconstrução de práticas excludentes em suas escolas.

Não foi possível identificar as práticas pedagógicas de 98 cursistas que, apesar de participarem do fórum, não responderam a questão proposta na atividade, o que impossibilitou analisar a relação entre a teoria e a prática que esses/as cursistas possam estar estabelecendo no seu trabalho. Em meio às falas dos/as docentes, identificamos 34 deles/as que reconhecem e apontam a escola como um local de produção de desigualdades de gênero e de processos de exclusão por meio de comportamentos caracterizados pelo machismo, sexismo, homofobia, preconceito, discriminação e estereótipos, ao mesmo tempo que a responsabilizam pela implementação de práticas inclusivas, porém sem indicarem mobilização pessoal.

Alguns cursistas apontaram dificuldades quanto ao desafio de se posicionarem diante de práticas excludentes de gênero, que merecem um estudo mais aprofundado, como a resistência dos pares e da gestão em discutir a temática de gênero, por não considerarem um tema importante. Outros/as relataram que se sentem sozinhos, nadando contra a maré, diante do desafio de lutar pela desconstrução das desigualdades de gênero em um contexto de resistência por parte de seus/suas companheiros/as de trabalho. Vale destacar que 37 cursistas destacaram a importância do GDE e cursos afins, para terem condições de dialogar sobre as relações de gênero e pela possibilidade de se apropriarem de uma visão crítica diante de determinadas situações, podendo perceber e identificar diversas práticas de exclusão por parte de diversos sujeitos, como também de buscarem modificar suas práticas, tornando-as inclusivas. Ou seja, se o GDE não promove uma mudança imediata nas práticas pedagógicas, abre possibilidades de reflexão e busca de transformação.

Os/as cursistas que exercem a docência e que tentam de alguma forma dialogar e discutir a temática de gênero na escola com o fim de conscientizar, por meio de conversas, inserção no planejamento ou elaboração de projetos pedagógicos, enfrentam resistências dos/as demais docentes, coordenação e gestão escolar. Ressaltam que é mais fácil dialogar e modificar a forma de pensar dos/as estudantes (crianças e jovens) que a dos adultos, que apresentam mais resistência a mudanças.

Uma cursista revelou que, mesmo cursando essa especialização, não sente segurança para tratar do tema, o que nos leva a refletir se outros/as cursistas não se encontram na mesma situação, considerando que muitos/as deles/as divagaram e fugiram da pergunta do fórum em suas respostas.

Diante dos achados concluímos que o conhecimento sobre gênero e seus impactos nas relações entre homens e mulheres não é suficiente para a promoção da igualdade de gênero nas escolas. É necessário que os/as professores/as modifiquem suas concepções e valores e adotem um posicionamento crítico e político diante de práticas excludentes, assumindo a função de agentes sociais e políticos capazes de promoverem mudanças nas relações escolares, que contribuam para a construção de uma cultura de respeito e valorização dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. C. B. de. O desejo docente como motivação para gerir conflitos sociais na escola. In: _____. (Org) *Escola: faces da violência, faces da paz*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2012. p. 139-174.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: _____; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.189-217.

BOURDIEU. P. *A dominação masculina*. 5.ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Lei 13.005 de 25/06/2014. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 15/07/2015.

BRASIL. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretária de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos. Apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANAU, V. M.; PAULO, I.; ANDRADE, M.; LUCINDA, M. da C.; SCAVINO, S.; AMORIM, V. *Educação em direitos humanos e formação de professores(as)*. São Paulo: Cortez, 2013.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto contexto - enferm.* [online], vol.15, n.4, p. 679-684, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072006000400017&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15/07/2015.

CARRARA, S.; BARRETO, A.; ARAUJO, L.; DACACH, S.; PEREIRA, M. E.; LEITE, V. (Orgs.). *Gênero e Diversidade na Escola: Trajetórias e repercussões de uma política pública inovadora*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011.

CARVALHO, M. E. P. de. Inclusão da perspectiva de gênero na educação e na formação docente. In: BONFIM, M. do C. A. do; BOAKARI, F. M., ARAÚJO, J. E. das N. (Orgs.). *Educação, diversidade e políticas de inclusão*. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 13-44.

_____. (Org.) *Consciência de gênero na escola*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2000.

COLLING, A. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (Orgs.). *Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 13-38.

GRAUPE, M. E.; GROSSI, M. P. Desafios no processo de implementação do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) no Estado de Santa Catarina. *Poiésis*. Unisul, Tubarão, v.8, n.13, p. 104-125, Jan/Jun 2014. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/2251/1625>. Acesso em: 15/07/2015.

JOCA, A. M. Educação escolarizada e diversidade sexual: problemas, conflitos e expectativas. In: JOCA, A. M.; COSTA, A. H. C.; LOIOLA, L. P. (Orgs.). *Desatando nós: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual*. Fortaleza: Edição UFC, 2009. p. 99-140.

KALSING, V. S. S. *Gênero e Diversidade na escola: impactos e mudanças na prática docente*. Fazendo Gênero 10: 2013. Disponível em:

http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384953181_ARQUIVO_VeraSimoneSchaeferKalsing.pdf. Acesso em: 03/04/2015.

LE BETRON, D. *A sociologia do corpo*. 2.ed. Trad. Sônia M. S. Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2007.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAFALDO, N. M. M.; SILVA, E. M. L. da; BARBOSA, L. C. *Quem sou eu mulher-educadora? Análise de memoriais das cursistas do GDE na Paraíba*. Fazendo gênero 9: 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=224&impressao. Acesso em: 03/04/2015.

RIBEIRO, F. C.; LAGES, F. M.; OLIVEIRA, Q. B. M. Gênero, sexualidade e raça: dimensões da violência no contexto escolar. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Orgs.). *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. Rio de Janeiro: MEC/Fiocruz, 2010.

SACRISTÁN, J. G. Plano do currículo, plano do ensino: o papel dos professores/as. In: SACRISTÁN J. G. e GOMEZ, A. I. P. *Compreender e transformar o ensino*. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 197-232.

SILVA, S. M. P. da. *Gênero e Sexualidade na Formação Docente Continuada e nos espaços escolares: uma análise do Curso GDE na UFMA*. Fazendo Gênero 10: 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386769269_ARQUIVO_SirleneSilva.pdf. Acesso em: 03/04/2015.